

Textos para Discussão FEE N°119

Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

**Estamento: senhorial e/ou burocrático? Perspectivas de
Florestan Fernandes e de Raymundo Faoro**

Róber Iturriet Avila

Porto Alegre, março de 2014



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Secretário: João Motta



DIRETORIA

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti

Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer

Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Dulce Helena Vergara

Informações Estatísticas: Juarez Meneghetti

Informática: Valter Helmuth Goldberg Junior

Documentação: Tânia Leopoldina P. Angst

Recursos: Maria Aparecida R. Forni

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Estamento: senhorial e/ou burocrático? Perspectivas de Florestan Fernandes e de Raymundo Faoro

Róber Iturriet Avila*

Bacharel, Mestre e Doutor em economia pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Pesquisador da Fundação de Economia e Estatística e
Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Resumo

Este artigo se propõe a apontar algumas semelhanças nas interpretações de Florestan Fernandes e de Raymundo Faoro sobre como se dá o arranjo social no Brasil, particularmente no que tange a estrutura de dominação por parte de um segmento social específico. Enquanto Florestan destaca o estamento senhorial, Faoro acentua a dominação por parte do estamento burocrático. Embora as análises sejam distintas, buscar-se-á apontar os pontos de convergência entre ambos.

Palavras-chave: Florestan Fernandes; Raymundo Faoro; estamento.

Abstract

This paper aims at demonstrating some similarities in the interpretations of Florestan Fernandes and Raymundo Faoro about how the social structure in Brazil works, particularly regarding the structure of domination by a specific social segment. While Florestan explores the "lordly caste", Faoro emphasizes the domination of the "bureaucratic caste". Although the assessments are distinct, this paper will attempt to show the points of convergence between them.

Key words: Florestan Fernandes; Raymundo Faoro; caste.

Classificação JEL: N00, Z13.

1 Introdução

Embora Florestan Fernandes e Raymundo Faoro advenham de matizes teóricos diferentes, semelhanças no pensamento entre eles podem ser apontadas. Não apenas pela influência que ambos possuem de Max Weber, mas também por pontos de intersecção na análise propriamente dita.

Este artigo objetiva apontar algumas semelhanças nas interpretações de Florestan e Faoro no que se refere à configuração da sociedade brasileira, particularmente nos pontos em que eles tratam da dominação de um determinado grupo social sobre a população. Sob o prisma de Florestan, trata-se de uma dominação senhoril patrimonialista. Já em Faoro, seria o estamento burocrático que determina os rumos da sociedade.

* E-mail: rober@fee.tche.br

Embora as distinções não sejam desprezíveis, o foco do trabalho se dará nos segmentos em que a análise de ambos se aproxima. Serão salientados alguns pontos em que os autores se assemelham. Dadas as limitações do presente estudo, não serão exploradas as questões de ordem metodológica. Adicionalmente, dar-se-á preferência à utilização das próprias palavras dos autores para compará-los, mitigando, deste modo, equívocos nas analogias.

Para tanto, além desta introdução, o artigo traz na seção 2 a visão de Florestan Fernandes sobre o *status* senhorial e sobre as maneiras que a dominação social conquistada pelas elites se enraíza. Na seção 3, será apresentada a ótica de Raymundo Faoro sobre como o estamento burocrático determina os rumos sociais e como ele mantém seu poder. A seção 4 visa comparar as perspectivas dos autores, frisando suas confluências. Por fim, na seção 5 estão registradas as considerações finais.

2 O *status* senhorial em Florestan Fernandes

Ao longo do livro *Revolução Burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes expõe de maneira detalhada as mudanças permeadas por continuidades durante a formação histórico-social brasileira. Uma das marcas de seu trabalho é a identificação do poder que um determinado segmento social possui e como este segmento utiliza este poder para si. No período colonial, os senhores rurais cumpriam este papel: “os ‘senhores rurais’ tinham de aprender [...] a pensar e a agir sobre si próprios, os negócios da coletividade e os assuntos de interesse geral [...]” (FERNANDES, 1987, p.35).

No processo de independência política do Brasil com relação a Portugal a “ordem social” existente na Colônia pouco se move, particularmente no que se refere à situação das elites, a despeito da importante alteração política.

A autonomia política conquistada trouxe, portanto, mudanças, mas também continuidades: “ [...] a independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador” (FERNANDES, 1987, p.32).

A manutenção da ordem social faz Florestan caracterizar a independência como uma “revolução encapuçada”:

A maneira pela qual as coisas se passaram contribuiu ainda mais para manter o caráter de “revolução encapuçada” de todo o processo. As elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial [...] Assim, sem negar a ordem social imperante na sociedade colonial e reforçando-a, ao contrário, as referidas elites atuaram revolucionariamente ao nível das estruturas de poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e de funcionamento daquela ordem social (FERNANDES, 1987, p.32).

Esta denominação retrata a manutenção da estrutura social, derivada da falta de desejo de mudanças por parte da elite da sociedade e do desejo de manter sua dominação e suas relações materiais progressas.

Florestan salienta que a desagregação colonial, apesar de impactante e até mesmo revolucionária, não foi suficiente para alterar o quadro de domínio por parte de um *estamento senhorial patrimonialista*. Os senhores rurais, que já utilizavam a ordem legal para estabelecer sua dominação, adquiriram mais poder através da independência:

[...] as formas de poder político, criadas através da implantação de um Estado nacional, foram assimiladas pelos estamentos senhoriais e convertidas, desse modo, em dominação estamental propriamente dita (FERNANDES, 1987, p.40).

O estamento senhorial, através da independência, ganha representação política e adentra de maneira mais intensa no poder.

uma nova dimensão do poder, na qual as probabilidades de mando do senhor, pela primeira vez, transcendem aos limites do domínio senhoril e alcançam o poder político especificamente falando [...] [ele] descobriu que a proteção e a expansão dos mesmos privilégios dependiam da extensão da dominação senhorial aos outros planos da vida social (FERNANDES, 1987, p.41).

Neste sentido, o “senhor” sofre uma metamorfose e passa a “senhor-cidadão”, a tal ponto que os seus interesses passam a representar os interesses de toda a “coletividade”:

As normas constitucionais que regulavam os direitos de escolha e de representação [...] condicionavam uma tal concentração de poder político ao nível dos privilégios senhoriais, que ‘sociedade civil’ e ‘estamentos sociais dominantes’ passaram a ser a mesma coisa. [...] a chamada ‘massa dos cidadãos ativos’ servia de pedestal e de instrumento aos ‘cidadãos prestantes’, a verdadeira *nata* e os autênticos *donos do poder* naquela sociedade civil (FERNANDES, 1987, p. 40-41, grifos no original).

Florestan pontua que o antigo senhor, que detinha o status social e o poder econômico, passa a ter poder político, sendo, a partir de então, a própria Nação:

a sociedade civil não era tão-somente o palco em que se movimenta o senhor-cidadão. Ela era literalmente, para ele, a ‘sociedade’ e a ‘Nação’ [...] as elites no poder tendiam a localizar-se e a afirmar-se, historicamente, através e em nome da sociedade civil (FERNANDES, 1987, p. 43).

No tempo em que se utilizava a expressão “sociedade civil” ou “interesse geral”, tratava-se, na verdade, dos designios do senhor-cidadão. À medida que a “sociedade civil” arbitrava as decisões e os rumos da Nação, o senhor-cidadão adentrava no Estado cada vez mais e o utilizava para seu benefício:

[...] as elites nativas encaravam o Estado, naturalmente, como ‘meio’ e ‘fim’: ‘meio’, para realizar a internalização dos centros de decisão política e promover a nativização dos círculos dominantes; e o ‘fim’ de ambos os processos, na medida em que ele consubstanciava a institucionalização do predomínio político daquelas elites e dos ‘interesses internos’ com que elas se identificavam. [...] o Estado impôs-se como a única entidade que podia ser manipulável desde o início, a partir da situação de interesses de elites [...] (FERNANDES, 1987, p.34-35).

O Estado passa a instrumento de poder a serviço de poucos, as elites “transformavam o Governo em meio de dominação estamental e reduziam o Estado à condição de cativo da sociedade civil” (FERNANDES, 1987, p. 44).

Florestan destaca, ainda, o porquê das elites dominantes se utilizarem do Estado:

As elites dos estamentos senhoriais precisavam dele [Estado] [...] 1º para manter as estruturas sociais que poderiam privilegiar seu prestígio social e, portanto, conduzi-las ao monopólio social do poder político; 2º para expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional (FERNANDES, 1987, p. 47).

Na perspectiva de Florestan, o estamento senhorial patrimonialista era formado por uma elite que filtrava as decisões e se utilizava do aparato estatal para que o “interesse geral” fosse posto em prática. A “alma da nação”, composta em boa parte por escravos e pobres, estaria interessada na defesa da propriedade e na manutenção da escravidão.

o patrimonialismo se converteria em dominação estamental propriamente dita e ofereceria aos estamentos senhoriais a oportunidade histórica para o privilegiamento político do prestígio social exclusivo que eles desfrutavam, material e moralmente, na estratificação da sociedade (FERNANDES, 1987, p. 57).

Neste aspecto, o Estado gestado no Brasil está sob a égide da dominação patrimonialista. Ele é organizado de acordo com as propostas senhoriais, as quais defendem o privilégio político e o prestígio social: “a burocratização da dominação patrimonialista, nascia ela própria do privilegiamento político do prestígio social exclusivo das camadas senhoriais [...]” (FERNANDES, 1987, p. 73). Tais propostas estão intimamente conectadas ao sujeito consciente de seus interesses e que se faz porta-voz do interesse geral: o senhor-cidadão. Através deste espaço político ocupado, o senhor-cidadão une o controle econômico e político, definindo os traços da nação.

Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, tratava-se de um Estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos estamentais senhoriais (FERNANDES, 1987, p. 68).

Florestan aponta que o ator que representa a sociedade civil muda, embora o papel se mantenha. Inicialmente, ele é retratado pelo senhor. Com o avanço da economia cafeeira, o fazendeiro de café assume esta posição de dominação patrimonialista.

A decadência do café faz este segmento social se repartir em dois tipos. O primeiro tipo fica agarrado ao *status* social, em uma visão míope que não percebe que a perda do poder econômico levaria à perda do poder político. O segundo tipo é formado pelo agente social que se desapega da tradição. É o fazendeiro mais arrojado, que aceita a perda deste *status* e rompe com a tradição senhoril, se focando no desejo da riqueza, absorvendo, portanto, a mentalidade racional capitalista.

o fazendeiro de café, que surgiu e se afirmou, historicamente, como uma variante típica do antigo senhor rural, acabou preenchendo o destino de dissociar a fazenda e a riqueza que ela produzia do *status* senhorial [...] o fazendeiro de café terminou representando, na cena histórica brasileira, o senhor rural que se viu compelido a aceitar a identificação com a dimensão burguesa da sua situação de interesses e do seu *status* social (FERNANDES, 1987, p.103).

Esta busca pela ascensão econômica entra em conflito com o mundo senhorial, causando, inclusive, sua desagregação. Embora o desejo de enriquecimento já existisse desde a colônia, ele toma mais vigor posteriormente, assim como a mentalidade capitalista. O senhor de engenho, por exemplo, não detinha a racionalidade pró-lucro, ele não era um empreendedor e estava conformado com o *status quo*. Em oposição, o “homem de negócios” absorve o estilo de vida que impulsiona o capitalismo. Neste ponto, Florestan aponta uma mudança importante na mentalidade dos negócios: “surgia, em suma, um novo estilo de vida; e este requeria por sua vez, que a sociedade brasileira se adaptasse, internamente, à existência e à expansão de uma economia de mercado¹” (FERNANDES, 1987, p. 77).

Para o fazendeiro-homem de negócios a fazenda não era mais fonte de *status*, mas de riqueza. A renúncia ao seu *status* redundava no abandono da forma estamental de capital e em uma nova mentalidade.

Estes são os “[...] móveis econômicos capitalistas, que se inseriam no comportamento dos ‘senhores rurais’” (FERNANDES, 1987, 1987, p. 74).

¹ Florestan Fernandes considera em seu livro o papel do imigrante nesta mudança de mentalidade. Em face das limitações deste trabalho, este elemento está sendo suprimido, embora não ignorado.

Embora em um primeiro momento o homem de negócios abduca de seu *status* social em nome do ganho econômico, em um segundo momento este segmento social ganha força política. Quando a burguesia se desenvolve no tecido social, o fazendeiro de café transfigurado em homem de negócios retorna ao Estado. Agora é a burguesia que assume o papel do estamento patrimonialista, que fala em nome da nação como se seus interesses fossem o interesse coletivo, mantendo, desta maneira, um segmento social dominante.

3 O estamento burocrático em Raymundo Faoro

Raymundo Faoro, em seu livro *Os Donos do Poder*, remonta à história de Portugal para demonstrar que a estrutura da sociedade portuguesa se reproduziu no Brasil. Em Portugal, o Estado, com resíduos absolutistas, era poderoso, estava acima da sociedade e da economia. Além da população portuguesa se colocar em obediência ao Estado, ela sofria ainda representativa influência das tradições sociais e vivia sob o comando de certa camada social. Os funcionários do Estado detinham poder político, econômico e *status* de sua condição, conforme pontua Faoro (2001, p.100):

O funcionário está por toda parte, dirigindo a economia, controlando-a e limitando-a a sua própria determinação. Uma realidade política se entrelaça numa realidade social: o cargo confere fidalguia e riqueza.

Estes funcionários são oportunistas que aproveitam de sua posição para auferir benefícios próprios. Segue Faoro (2001, p. 103) expondo que “onde há atividade econômica lá estará o delegado do rei, o funcionário, para compartilhar de suas rendas, lucros, e, mesmo, para incrementá-la”.

No Brasil, em sentido semelhante, o Estado foi formado de cima para baixo. Um grupo comanda a economia e toma as decisões que determinam as diretrizes a serem seguidas. Os atores que compõem este grupo podem mudar, mas a característica de eles decidirem de acordo com seus interesses não. Seja pela figura dos governos dos coronéis, seja pelos fazendeiros e pelos senhores de engenho, seja pelo Estado forte que intervém na economia, um segmento social paira sobre a sociedade e delinea seus rumos.

O referido poder centralizado que comanda a economia desde o Brasil Colônia é designado por Faoro como o *estamento burocrático*. Esta camada social com traços patrimonialistas se apropria do Estado e desfruta de cargos e do prestígio estatal, confundindo o que é público com o que é privado.

Nas palavras de Faoro (2001, p. 107-108):

O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos. O grupo dirigente não exerce o poder em nome da maioria, mediante delegação ou inspirado pela confiança que do povo, como entidade global, se irradia.

Na perspectiva de Faoro, esta é a herança deixada de Portugal para o Brasil. Uma herança pesada que determina a forma como a sociedade brasileira é posta. Trata-se de

uma longa herança — herança social e política — [que] concentrou o poder minoritário numa camada institucionalizada. Forma-se, desta sorte, uma aristocracia, um estamento de caráter aristocrático, do qual se projeta, sem autonomia, uma elite, um escol dirigente, uma “classe” política. (FAORO, 2001, p.111).

Segue Faoro sua descrição do quadro social brasileiro:

sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos. Nação, povo, agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania (FAORO, 2001, p. 445).

O estamento classificado pelo autor é diferente de uma classe. A classe está relacionada com a questão econômica: uma classe é privilegiada e outra é não privilegiada. As classes estão dispersas na sociedade, podendo ter ou não poder político. Já o estamento é uma camada que impera e governa, sem a distinção entre rico e pobre. Ele é formado por quadros que não são necessariamente iguais.

Os membros do estamento têm em comum certa qualidade de personalidade, possuem um estilo de vida sofisticado e distinções pessoais que os permitem integrá-lo. A tradição e mesmo a hereditariedade também possibilitam o ingresso no estamento. O *status* social atingido, geralmente pela tradição, prestígio e honra é reconhecido pelo Estado, conferindo a legitimação do poder: “[...] com o *status* e as expectativas sociais fundadas estas nos moldes aristocráticos da tradição” (FAORO, 2001, p. 538, grifos no original).

Faoro acentua que este modelo não se altera. Embora o estamento burocrático se modele, se renove, ele não muda sua essência. O autor destaca que o estamento era antes de caráter nobre, pessoal, aristocrático, com raízes patrimonialistas, e se torna mais burocrático, mas sua existência persiste. “O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal” (FAORO, 2001, p.823).

O ponto de mudança é explicitado na seguinte passagem que trata do Estado Novo: “[...] uma comunidade burocrática, agora mais marcadamente burocrática que aristocrática, mas de caráter estamental, superior e árbitro das classes” (FAORO, 2001, p. 806).

A referida comunidade se mantém, entretanto, guiando politicamente a economia, a mercê de seus interesses particulares. Administram estatais, regulam relações sociais, dominam os padrões, influenciam o sistema político, se apropriam do poder, poder este utilizado para estabelecer mais privilégios e concessões, as quais estejam em confluência com os seus interesses.

Sua faceta no Estado controlador “financia, dirige e promove riquezas e opulentos” (FAORO, 2001, p. 815), comanda os negócios, influencia no comércio, tutela os indivíduos e conduz a política, fazendo a sociedade e o emprego dependerem deste Estado.

Nas palavras de Faoro (2001, p. 447-448):

A influência oficial, sedimentada de tradições e vinculada a uma ordem econômica patrimonial, mercantilista nos processos, favorece certas atividades e estrutura no Estado os imperativos de sua sobrevivência. A primeira consequência, a mais visível, da ordem burocrática, aristocratizada no ápice, será a inquieta, ardente, apaixonada caça ao emprego público.

Em suma, o restrito grupo dirige, controla e infunda seus padrões a toda sociedade:

A autonomia da esfera política, que se manifesta com objetivos próprios, organizando a nação a partir de uma unidade centralizadora, desenvolve mecanismos de controle e regulamentação específicos. O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira (FAORO, 2001, p. 825-826).

Além de comandar, impõe sua vontade à conduta social, que aceita ser controlada e absorve as regras estabelecidas pelo estamento.

Apesar de este segmento falar em nome do País, efetuar políticas sociais que tenham aderência às massas e fazer a população se sentir representada, a realidade do povo não é a mesma vivenciada pelos integrantes do estamento burocrático. Em última instância, o estamento burocrático não representa a nação, mas apenas seus próprios interesses e privilégios.

Esta característica nasce com o Brasil e se mantém ao longo dos tempos. Na asserção a seguir, Faoro expõe como era o período regencial: “[...] eleições inautênticas, dos partidos formados pelos grupos sem raízes populares, estamentalmente autônomos, projeta-se sobre o país a vontade *augusta*” (FAORO, 2001, p. 392, grifos no original).

A população em si fica alheia às decisões tomadas pelo estamento burocrático:

O grau inferior — votantes e eleitores — perde o poder de barganha, em favor de uma camada superior, cuja força advém dos instrumentos compressivos de governo. O modelo estaria próximo da política de clientela, com fundamental distorção autoritária (FAORO, 2001, p.425).

As políticas e concessões estabelecidas pelo estamento burocrático os fazem perdurar no poder. Esta “[...] estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo” (FAORO, 2001, p. 819). Eles são os donos do poder, poder este que não emana do povo, mas que o mantém subordinado ao próprio estamento, o qual encontra sua legitimidade no tradicionalismo.

4 Traços comuns e distintos entre Florestan e Faoro

Embora Florestan Fernandes e Raymundo Faoro possuam distinções não desprezíveis em suas interpretações, procurar-se-á aqui apontar, sobretudo, suas semelhanças. Em que pese os dois autores terem influência de Max Weber e suas classificações em estamentos, Florestan é mais próximo a Karl Marx do que a Weber. Em face das limitações deste artigo, esta seção terá por objetivo frisar os pontos em que os autores confluem do ponto de vista analítico, sem aprofundar o aspecto metodológico.

A semelhança que logo salta aos olhos após o delineado dos dois autores acima efetuado é a perspectiva que ambos possuem sobre como se dá o jogo de interesses no Brasil. Os dois autores destacam que há um segmento social que comanda toda a população e que o faz seguindo seus próprios interesses e não os interesses da coletividade. Sob Florestan, este segmento é preenchido pelo senhor rural, pelo senhor-cidadão e pelo cafeicultor que se torna homem de negócios. Em Faoro, é o estamento burocrático que comanda a sociedade e a deixa a mercê do interesse dos primeiros.

Ainda que Florestan veja o comando da vida do País a partir dos negócios e seus respectivos interesses econômicos, ao contrário de Faoro, que visualiza este quadro a partir do Estado — o que marca uma diferença importante entre eles — estes dois campos se confundem em diversos momentos.

Florestan argumenta, se aproximando de Faoro, que a dominação social e econômica não bastava ao senhor:

para objetivar-se e agir politicamente, no patrocínio de seus ‘interesses gerais’ os estamentos dominantes precisavam do aparato administrativo, policial, militar, jurídico e político inerente à ordem legal (FERNANDES, 1987, p. 44).

Faoro não deixa de destacar este ponto, anotando que os fazendeiros decidem pela Nação:

O pressuposto da tese será o englobamento dos interesses agrários numa só camada, onde se confundiriam o complexo exportador, o comissário e o banqueiro, com o produtor, o senhor de engenho, o fazendeiro de café e o criador de gado. No contexto polar senhor e escravo, sob a base do trabalho servil, se resumiria o conteúdo da sociedade. Em cima, reflexo da organização vertical, dominando os postos políticos, a elite agrária, diretamente ou por seus instrumentos, os bacharéis. A aristocracia rural manda, decide e dispõe (FAORO, 2001, p. 516).

Mesmo além do estamento burocrático, Faoro reconhece a influência, citada por Florestan, da elite rural, associando esta camada social com os privilégios e benefícios subtraídos, mesmo que fora do estamento:

sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e nos coronéis. Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado [...] (FAORO, 2001, p. 823).

A “alma da nação” de Florestan se faz notar na tradição de Faoro e na defesa de interesses: “a chamada ‘traição’ do agricultor não será mudança de atitude, mas o desenvolvimento coerente dos interesses, ideologicamente fixados” (FAORO, 2001, p.520-521).

Há que destacar, adicionalmente, que o segmento social que domina a Nação se apropria do Estado, nas palavras de Faoro. Filtra decisões e deixa o Estado a serviço de poucos, como diria Florestan. A “sociedade civil” se torna porta-voz da população, nos termos de Florestan, mesmo que não haja representatividade e esteja até distante da realidade social, como pontua Faoro.

Embora, para Faoro, a relação de poder não resulte sempre da relação econômica, como Florestan visualiza, o autor não chega a rechaçar esta associação. Mas, sobretudo, esta corporação de poder é representada por agentes que supostamente representam o País e impõem sua vontade à conduta alheia.

Outro fator relevante, que aparentemente é uma distinção entre eles, mas que pode ser vista como uma semelhança, é a mudança notada por Florestan quando o fazendeiro de café se transforma em homem de negócios. Tal posição entraria em conflito com a visão de Faoro de que há sempre um segmento social que comanda a sociedade de maneira imutável.

Florestan sinaliza uma alteração importante na lógica estamental, quando a mentalidade do cálculo econômico se dissemina e os mais atentos a esta mudança abdicam de seu *status* social para se tornarem burgueses.

Entretanto, verificando esta questão mais profundamente, se nota que, conforme Florestan destaca, o fazendeiro de café transfigurado em homem de negócios ganha, mais uma vez, poder político em um segundo momento. Sob este aspecto, poder-se-ia associar este retorno ao estamento patrimonialista ao prisma de Faoro. Até porque Faoro não deixa de acentuar que os atores que compõem o grupo que comanda podem mudar, se renovar, mas a existência de uma camada social estamental não.

Na ótica de Florestan, há mudanças e continuidades ao mesmo tempo. Para Faoro, as mudanças ocorrem, mas em essência não alteram nada. Em assim sendo, a transfiguração de parcela dos

fazendeiros de café pode ser considerada uma mudança que mantém o poder econômico, embora mude o *status* social. Entretanto, em um segundo momento, após a emergência do homem de negócios e da disseminação da mentalidade capitalista, este agente social retoma o seu *status*, sendo, deste modo, uma mudança sem mudança, à la Faoro.

E mesmo no seio da fazenda, Faoro destaca uma alteração de mentalidade. “A mudança da estrutura interna da fazenda, mais empresa do que baronia, com a necessidade de ordenar racionalmente os cálculos econômicos” (FAORO, 2001, p. 518).

Florestan, no mesmo sentido, não deixa de destacar tal mudança:

[...] [os] fazendeiros de café dotados de nova mentalidade econômica. Dentro desse contexto, a quebra de continuidade com a tradição senhoril [...] atinge os diferentes níveis de organização da personalidade, da economia e da sociedade. (FERNANDES, 1987, p. 120).

Explicitamente, a passagem abaixo retrata a percepção de Faoro (2001, p. 515) de alguma mudança que une a elite rural num grupo de interesses definido:

Este caldo psicológico responde a uma transformação mais profunda: emerge, no quadro estamental e hierárquico, comunitariamente seletiva progressivamente fechada, a sociedade de classes. O fazendeiro, o fabricante de açúcar, o criador de gado não se sentem mais *senhores*, são apenas lavradores e pecuaristas; os poderosos não se aperfeiçoam no título de barão ou visconde, mas percebem que seu privilégio depende de assentos artificiais, sem futuro. A sociedade, ao se desmitificar, sofre a convulsiva pressão de elementos que, nunca postos em debate e em dúvida, pareciam inexistentes.

Neste sentido, mesmo que se destaque uma diferença marcante entre ambos, qual seja, a de um pontuar a imutabilidade e o outro ver mudanças e continuidades; confluências são localizáveis nesta diferença, haja vista a passagem acima em que Faoro expõe uma transformação na configuração dos interesses de grupos.

Outro elemento possível de perceber-se é que ambos não veem conflito entre a coexistência do patrimonialismo e do capitalismo. Apesar dos avanços da racionalidade, o patrimonialismo persiste e é destacado constantemente por Faoro e por Florestan, até mesmo quando o País se industrializa. “O setor [industrial] se casa e prolifera no patrimonialismo, no qual um grupo estamental se incumbirá de distribuir estímulos e favores, com amor místico, um dia, ao planejamento global da economia” (FAORO, 2001, p. 757).

Mais uma proximidade se faz notar quando Faoro acentua que o estamento forma-se com tom aristocrático e se torna mais burocrata, conforme foi colocado na seção anterior. Florestan, em sentido semelhante, aponta que, inicialmente, o senhor de engenho, sem a mentalidade capitalista, mais próximo à aristocracia, detinha o poder. Posteriormente, o fazendeiro arrojado absorve o estilo de vida que impulsiona o capitalismo. Mesmo que não esteja no quadro administrativo, aproveita as “oportunidades econômicas de desfrute dos bens”. A burocracia, ancorada na tradição, se assemelha com a influência do patrimonialismo de Florestan, a qual para Faoro deixa de ser pessoal e se converte em estatal.

Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, tratava-se de um Estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos designios políticos estamentais senhoriais (FERNANDES, 1987, p. 68).

Um grupo de interesses comanda e determina os rumos da sociedade brasileira. É assim e, ao que parece, tanto para Florestan, quanto para Faoro, continuará sendo.

Primeiramente Florestan questiona se a dominação social, antes aristocrática e rural, para depois burguesa, se manterá:

contará a burguesia com condições econômicas, sociais e políticas para aproveitá-la em uma recomposição mais vasta, repetindo a proeza da aristocracia agrária durante o Império? Teremos, de novo, uma sólida democracia restrita, fortalecida por trás de uma ordem civil aberta apenas para os privilegiados, mas apta a falar em nome da Nação e de tratar os assuntos coletivos como matéria privada (ou vice-versa)? (FERNANDES, 1987, p.218).

E responde sua questão:

[...] o passado se repete no presente: mais uma vez, o privilegiamento do agente econômico, social e político principal serve de base a toda uma nova evolução [...] o sentido da dominação burguesa se desmascara, deixando a nu sua incoercivelmente autocrática [...] a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder [...] (FERNANDES, 1987, p.220).

Esta poderia ser uma renovação do grupo que domina a sociedade. A ótica de Florestan é semelhante a Faoro (2001, p.837, grifos no original):

o patriciado, despido de brasões, de vestimentas ornamentais, de casacas ostensivas, governa e impera, tutela e curatela. O poder — a soberania nominalmente popular — tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. O chefe não é um delegado, mas um gestor de negócios, gestor de negócios e não mandatário [...] Em lugar da renovação, o abraço lusitano produziu uma *social enormity*, segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem. Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse.

5 Considerações finais

Tanto na perspectiva de Florestan Fernandes, quanto na de Raymundo Faoro, há um estamento que domina e comanda a sociedade. De caráter senhorial, para um, e burocrático para outro. Este estamento fala em nome da Nação, embora decida em nome próprio.

Ao longo do artigo, procurou-se não apenas destacar as semelhanças como também os pontos em que eles se confundem. Há passagens em que Faoro destaca o poder dos senhores rurais e outros em que Florestan aponta como a elite enraíza sua dominação adentrando no Estado e o utilizando para si. Em momentos específicos, o estamento pode ser burocrático e senhorial, ao mesmo tempo.

Uma questão relevante também apontada se refere à ênfase dada por Florestan nas mudanças permeadas por continuidades, ao tempo em que Faoro tem por marca a continuidade. Ainda assim, mesmo em Faoro, podem-se notar passagens em que mudanças são reconhecidas. E em Florestan, passagens em que mudanças são entendidas tão-somente como uma renovação do estamento, sob o prisma de Faoro.

Mesmo reconhecendo-se que a análise de elementos metodológicos necessita de maior rigor para que os autores possam ser comparados de maneira sistemática, algumas confluências na interpretação do Brasil de ambos os autores foram aqui sublinhadas.

Referências

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.